



*Estado do Paraná*

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SÃO JOSÉ DAS  
PALMEIRAS**

***2º TERMO ADITIVO***

**Pregão ELETRÔNICO**

**015/2023**

**CONTRATO**

**Nº 042/2023**

**OBJETO: – : contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviços em forma de aulas de ballet, destinadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São José das Palmeiras – PR.**

**EMPRESA : IC TREINAMENTOS LTDA**



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO**

**DE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.**

**PARA: PREFEITO MUNICIPAL**

Senhor Prefeito Municipal:

Tendo em vista a necessidade de manter a prestação de serviços em forma de aulas de ballet, destinadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São José das Palmeiras – PR. Solicito a Vossa Excelência que seja prorrogado o Contrato nº 042/2023 relativo ao Pregão Eletrônico nº 015/2023, por um período de 12 (Doze) meses.

Ressalte-se que a contratada presta bons serviços, sendo que se mantiver o mesmo preço somos favoráveis à prorrogação do contrato.

No aguardo de vossa atenção.

São José das Palmeiras, 17 de Abril de 2025.

  
MARIA APARECIDA DAS CHAGAS  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

DE: PREFEITO MUNICIPAL  
PARA: SETOR DE LICITAÇÃO

Senhor Presidente, da Comissão:

Estou encaminhando ao setor de Licitação, para que este departamento tome as providências necessárias para efetivação a Prorrogação ao contrato nº 042/2023.

Verifique junto à contadoria se há dotação orçamentária, bem como recursos para a prorrogação e alteração. Em seguida, verifique junto ao Contratado se tem interesse em prorrogar o contrato nas mesmas condições.

São José das Palmeiras, 22 de Abril de 2025.



FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
PREFEITO MUNICIPAL



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 22 de Abril de 2025.

DE: SETOR DE CONTABILIDADE

PARA: SETOR DE COMPRAS

Prezado Senhor (a):

Informamos a existência de dotação orçamentária e de recursos para fazer frente à prorrogação de contrato pretendida.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente

  
JHONNY RICARDO DE CASTRO  
SECRETÁRIA DE FINANÇAS





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 22 de Abril de 2025.

DE: SETOR DE LICITAÇÃO  
PARA: **IC TREINAMENTOS LTDA**

Prezado Senhor (a):

Estamos informando que é do interesse do Município realizar a prorrogação do contrato de prestação de serviços nº 042/2023 por um período de 12 (Doze) meses conforme determina lei nº 8.666/93. Sendo assim solicitamos que esta empresa se manifeste no prazo de 03 (Três) dias úteis, dizendo se concorda em manter as mesmas condições da época da realização da licitação.

No aguardo de vossa manifestação, reiteramos os protestos de consideração.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente

**Presidente da Comissão de Licitação**

Ao  
Município de São José das Palmeiras/PR

**CARTA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM RENOVAÇÃO**

Contrato: 042/2023

A empresa IC Treinamentos LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.736.195/0001-51, com sede Rua 04 nº 1850 - Centro, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, representada por Julia Delboni Tarpinian, portadora da cédula de Identidade nº 36.225.818-1 e CPF: 449.852.818-24, DECLARA interesse quanto à renovação contratual, pelo período de 12 meses.

Rio Claro, 24 de abril de 2025.



Julia Delboni Tarpinian  
Diretora



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

## **CONTROLE INTERNO**

### **PARECER DE ACOMPANHAMENTO**

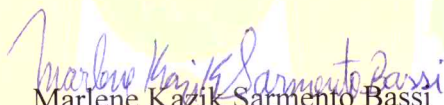
Desencadeado tramite para emissão do Termo Aditivo de prazo e valor ao Contrato 042/2023, Pregão Eletrônico 015/2023 cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviços em forma de aulas de ballet, destinadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São José das Palmeiras – PR.

A Assessoria de Controle Interno procedendo análise da documentação arrolada nota que até o presente momento apresentam-se todos os encaminhamentos necessários constando inclusive informação de dotação orçamentária e análise com emissão de parecer, pelo procurador jurídico do Município.

Desta forma **opinamos** pela legalidade do referido Termo aditivo consentindo que se de encaminhamento ao mesmo, de acordo com a legislação em vigor.

É o parecer,

São José das Palmeiras, 25 de Abril 2025.

  
Marlene Kazik Sarmiento Bassi  
Assessora de Controle Interno





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

### **ASSESSORIA JURÍDICA**

INTERESSADA: SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

ASSUNTO: SOLICITA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 042/2023

Em análise por esta Assessoria o pedido de prorrogação do contrato de prestação de serviços nº 042/2023, firmado entre o Município de São José das Palmeiras e a empresa IC Treinamentos Ltda, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviços em forma de aulas de ballet, destinadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São José das Palmeiras – PR.

Argumenta a Sra. Secretaria de Educação, cultura e esportes, que o contrato deve ser prorrogado, a fim manter os serviços prestados para atender as crianças e adolescentes da rede municipal de ensino.

O contrato teve início em 18 de maio de 2023, com prazo estipulado de 12 (doze) meses. Sendo prorrogado para mais 12 (Doze) meses.

Regularmente intimada, a contratada já manifestou interesse em prorrogar o contrato nas mesmas condições e valores da época da licitação.

1. A legislação que norteia os contratos no Direito Administrativo, Lei nº 8.666/93, abriu a possibilidade da prorrogação em determinadas situações, independente da previsão contratual.

Assim, temos a previsão do art. 57, in verbis:

*Art. 57 – A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos, orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.*

Ao nosso ver, não há dúvida de que o serviço contratado se encaixa no rol daqueles contemplados pela norma acima descritos.

Assim, entendemos também ser possível a prorrogação do contrato por mais 12 (Doze) meses.



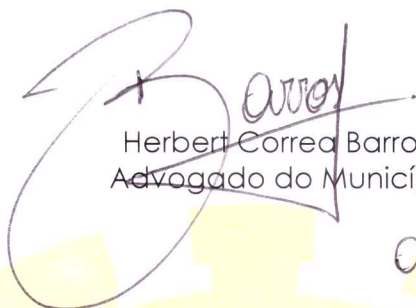


**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

SJM, é o parecer  
Em 28 de Abril de 2025.



Herbert Correa Barros  
Advogado do Município

042/2023





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO

INTERESSADA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
ASSUNTO: SOLICITA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO  
CONTRATO nº 042/2023

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo e valor.

O Departamento de Contabilidade informou existir dotação e recursos disponíveis.

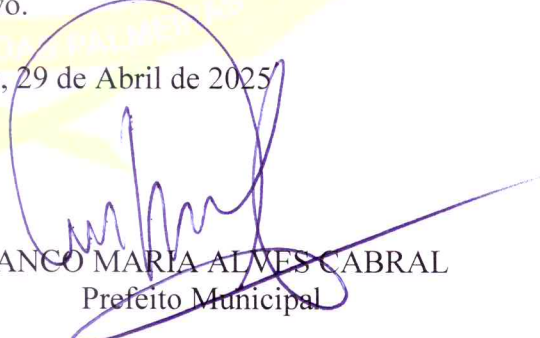
A empresa contratada informou ter interesse na prorrogação nas mesmas condições da época da licitação.

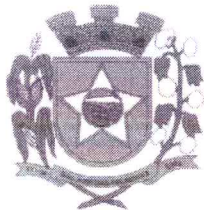
A Assessoria Jurídica manifestou-se favoravelmente.

O contrato em questão foi realizado com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), através da modalidade Pregão Eletrônico. Como bem explanado pelo ilustre Advogado do Município, é possível ao ente público promover a prorrogação do contrato, com base no art. 57, II da citada norma legal.

A Lei Orçamentária previu as verbas necessárias ao programa. Assim sendo, diante da notória necessidade de continuidade do serviço, verificou-se que tal aditivo não irá suplementar o teto da modalidade licitatória, AUTORIZO a prorrogação supra, que deverá ser realizada mediante o competente termo aditivo.

São José das Palmeiras, 29 de Abril de 2025

  
FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

**2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2023- SJP  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. FRANCO MARIA ALVES CABRAL, brasileiro, casado, contador portador do CPF/MF nº 057.831.629-30 e da Carteira de Identidade RG nº 8.351.589-9 SSP/PR, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **IC TREINAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.736.195/0001-51, estabelecida na Rua 04, 1850 - centro – Rio Claro/SP, neste ato representado pela socia administradora a Sra. JULIA DELBONI TARPINIAN, brasileira, solteira, estudante, portadora do RG nº 36.225.818 SSP/SP e CPF nº 449.852.818-24, residente e domiciliado na Rua 8-A nº 154 – Vila Alemã – Rio Claro- SP, doravante denominado **CONTRATADO**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**CONSIDERANDO:**

Que a empresa vencedora do processo licitatório, manterá as mesmas condições;  
Que o próprio texto legal prevê, no inciso II, que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;  
Que a Lei de Licitação, bem como o contrato acima citado, permite a realização do presente termo aditivo;

Assim sendo, celebram o Município de São José das Palmeiras e a empresa **IC Treinamentos Ltda** o presente Termo Aditivo com a seguinte cláusula:

**DAS ALTERAÇÕES**

**A Cláusula Terceira passa a ter a seguinte redação:**

**Cláusula Terceira** - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira - O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira é o seguinte: R\$ 81.091,80 (Oitenta e um mil noventa e um reais e oitenta centavos). As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) entre o dia 10 (dez) a 30 (trinta) de cada mês, subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais; 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

**Parágrafo único:** A (s) nota (s) fiscal (is) deverá (ão) ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico [contabilidadesj123@gmail.com](mailto:contabilidadesj123@gmail.com).

A Cláusula Quarta passa a ter a seguinte redação:

**Cláusula Quarta** - Da duração e do crédito orçamentário – O presente contrato terá como prazo de vigência até 17 de junho de 2026.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

| Dotações             |                  |                         |                  |                     |                |
|----------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática  | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2023                 | 1940             | 05.002.13.392.0006.2046 | 0                | 3.3.90.39.00.00     | Do Exercício   |

**Clausula Oitava** passa a ter a seguinte redação:

Os serviços deverão ser prestados da seguinte forma: 08 (oito) horas semanais, sendo 04 (quatro) horas no período matutino e 04 (quatro) horas no período vespertino, preferencialmente no mesmo dia da semana, no então poderão haver mudanças no decorrer da execução do contrato, de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua pelo período de 36 (Trinta e seis) meses.

As demais cláusulas do contrato originário, datado de 18 de Maio de 2023, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

São José das Palmeiras, 29 de Abril de 2025.

FRANCO  
MARIA ALVES  
CABRAL:05783  
162930

Assinado de forma  
digital por FRANCO  
MARIA ALVES  
CABRAL:05783162930  
Dados: 2025.04.29  
09:16:01 -03'00'

Contratante  
Município de São José das Palmeiras  
FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal

JULIA DELBONI  
TARPINIAN:449852  
81824

Assinado de forma digital por JULIA  
DELBONI TARPINIAN:44985281824  
Dados: 2025.04.29 10:53:28 -03'00'

Contratada  
**IC TREINAMENTOS LTDA**  
Sra. Julia Delboni TARPINIAN – Empresária  
RG nº 36.225.818 SSP/SP





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2023- SJP  
PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023**

**Objeto contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviços em forma de aulas de ballet, destinadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São José das Palmeiras – PR..**

**Contratante: Município de São José das Palmeiras.**

**Contratada: IC TREINAMENTOS LTDA**

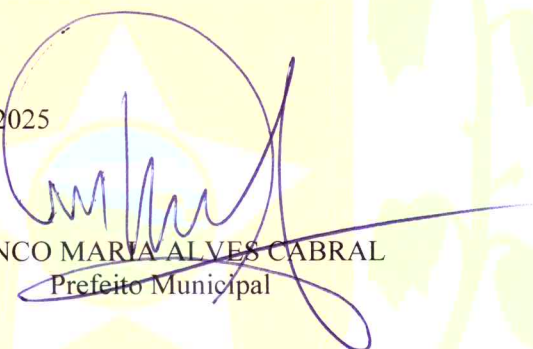
**Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.**

Altera o valor máximo da Clausula Terceira que passa de R\$ 54.061,20 (Cinquenta e quatro mil sessentas e um reais e vinte centavos), para R\$ 81.091,80 (Oitenta e um mil noventa e um reais e oitenta centavos) até término do contrato.

Altera a vigência do contrato, constante da Clausula Quarta, de 17 de Junho de 2025, para 17 de Junho de 2026.

**A Cláusula Oitava-** Fica alterada a Cláusula oitava da execução dos serviços, que passa de 24 (vinte e quatro) meses, para 36 (trinta e seis) meses.

São José das Palmeiras/PR, 29 de Abril de 2025

  
FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2023- SJP  
PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023**

**Objeto contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviços em forma de aulas de ballet, destinadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São José das Palmeiras – PR..**

**Contratante: Município de São José das Palmeiras.**

**Contratada: IC TREINAMENTOS LTDA**

**Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.**

Altera o valor máximo da Clausula Terceira que passa de R\$ 54.067,20 (Cinquenta e quatro mil sessenta e sete reais e vinte centavos), para R\$ 81.100,80 (Oitenta e um mil cem reais e oitenta centavos) até término do contrato.

Altera a vigência do contrato, constante da Clausula Quarta, de 17 de Junho de 2025, para 17 de Junho de 2026.

**A Cláusula Oitava-** . Fica alterada a Cláusula oitava da execução dos serviços, que passa de 24 (vinte e quatro) meses, para 36 (trinta e seis) meses.

São José das Palmeiras/PR, 29 de Abril de 2025

  
FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal

**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**



**Art. 2º** - Fica designado, Wesley Claudino da Silva, na função de membro titular, para compor o Conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação CACS – FUNDEB, em substituição a Dgessica Caroline Niederle na qualidade de representante do Poder Executivo Municipal.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras– PR, em 29 de abril de 2025.

**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Alexandra Nunes Marafiga

**Código Identificador:**4D4B812C

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2025**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2025.**

**OBJETO:** Registro de preços para a aquisição futura e parcelada de pneus novos, câmaras de ar e protetores de aro para atender à frota de veículos pertencentes às Secretarias e Departamentos do Município de São José das Palmeiras – PR.

**CONTRATANTE:** Município de São José das Palmeiras.

**CONTRATADA:** BENICIO PNEUS LTDA

**VALOR:** R\$ 284.040,76 (duzentos e oitenta e quatro mil, quarenta reais e setenta e seis centavos)

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é até 29 de abril de 2026.

São José das Palmeiras, em 29 de abril de 2025.

**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Alexandra Nunes Marafiga

**Código Identificador:**164892BF

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2023 - SJP - PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023**

**2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2023- SJP PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023**

**Objeto:** contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviços em forma de aulas de ballet, destinadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São José das Palmeiras – PR..

**Contratante:** Município de São José das Palmeiras.

**Contratada:** IC TREINAMENTOS LTDA

**Fundamento:** ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera o valor máximo da Clausula Terceira que passa de R\$ 54.061,20 (Cinquenta e quatro mil sessentas e um reais e vinte centavos), para R\$ 81.091,80 (Oitenta e um mil noventa e um reais e oitenta centavos) até término do contrato.

Altera a vigência do contrato, constante da Clausula Quarta, de 17 de Junho de 2025, para 17 de Junho de 2026.

**A Cláusula Oitava-** Fica alterada a Cláusula oitava da execução dos serviços, que passa de 24 (vinte e quatro) meses, para 36 (trinta e seis) meses.

São José das Palmeiras/PR, 29 de Abril de 2025

**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Isabela Aparecida Arboleya

**Código Identificador:**B2670D1D

#### ESTADO DO PARANÁ

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

#### CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ PORTARIA 008-2025

#### PORTARIA N.º 08/2025

Súmula: Nomeia DIRETOR ADMINISTRATIVO.

**AILTON ALFREDO DA CRUZ**, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando a Portaria 004-2025 do Executivo Municipal de São Pedro do Paraná de 03 de Janeiro de 2025.

#### **RESOLVE**

Artigo 1º - Fica nomeado a Senhor **JOAO GUSTAVO LUIZAO FERNANDES** – CPF/MF nº 048.015.319-11, para função de Diretor Administrativo, percebendo vencimentos na forma da Lei Municipal 007/1993 – cargo provimento efetivo, com percepção financeira com ônus para o órgão de origem.

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2025.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, 03 de janeiro de 2025.

**AILTON ALFREDO DA CRUZ**

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**

Marcelo Antonio Fernandes

**Código Identificador:**1243DE85

#### CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ PORTARIA 012-2025

#### PORTARIA N.º 012/2025

Súmula: Nomeia MEMBRO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DO LEGISLATIVO, e dá outras providências.

**Ailton Alfredo da Cruz**, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei;

#### **RESOLVE**

Artigo 1º - Fica DESIGNADO o Senhor **JOAO GUSTAVO LUIZAO FERNANDES** – CPF/MF nº 048.015.319-11, para função de **CONTROLADOR GERAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DO LEGISLATIVO**, nos termos do CAPITULO II e III da Lei Municipal 102/2018, a partir de 01 de abril de 2025.

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Prédio da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 29 de abril de 2025.

**AILTO ALFREDO DA CRUZ**

Presidente da Câmara Municipal



São José da Boa Vista-Pr, em 30 de abril de 2025

**WILLYS MANOEL BARBOSA.**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

Willys Manoel Barbosa

**Código Identificador:**B2DC664B

### **DIVISÃO DE LICITAÇÕES PORTARIA Nº 183/2025**

**JOSÉ LÁZARO FERRAZ**, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente; **Considerando** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;

**Considerando** o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

**Considerando** a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal das atas no âmbito do Processo Administrativo nº 26/2025 – Pregão Eletrônico nº 09/2025, tendo por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de artefatos de concreto, lajotas, tubos e meio fios;

**RESOLVE:**

Art. 1º – DESIGNAR como gestor das atas de registro de preço de nº 27, 28 e 29/2025 o Sr. Ronny Clay da Silva - Secretário de Urbanismo, Obras e Viação, e como fiscal o sr. Adriano Vilela da Silva - Responsável pela Divisão de Viação Rural.

Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;

IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;

VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua

fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.

Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

*Comunique-se, publique-se, cumpra-se.*

*Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 30 de abril de 2025; 65º ano da Emancipação Política do Município.*

**JOSÉ LÁZARO FERRAZ**

Prefeito do Município

**Publicado por:**

Willys Manoel Barbosa

**Código Identificador:**0D0BA1FF

### **DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 180/2025**

**JOSÉ LÁZARO FERRAZ**, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º-** EXONERAR desta Prefeitura, a pedido do próprio servidor, o Senhor ALEXANDRE MAGNO DE SOUZA, Motorista, matrícula 1980/2 a partir desta data de 02/05/2025.

**Artigo 2º-** EXONERAR desta Prefeitura, a pedido da própria servidora, a Senhora FRANCIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, Agente de Combate as Endemias, matrícula 589/2 a partir desta data de 02/05/2025.

**Artigo 3º-** A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Comunique-se, publique-se, cumpra-se.*

*Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 30 de Abril de 2025; 65º ano da Emancipação Política do Município.*

**JOSÉ LÁZARO FERRAZ**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Luciano Dias

**Código Identificador:**60F5ABAE

### **ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

#### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2023 - SJP - PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023**

#### **2º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2023- SJP PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023**

Objeto **contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviços em forma de aulas de ballet, destinadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São José das Palmeiras – PR..**

Contratante: **Município de São José das Palmeiras.**

Contratada: **IC TREINAMENTOS LTDA**

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera o valor máximo da Clausula Terceira que passa de R\$ 54.067,20(Cinquenta e quatro mil sessenta e sete reais e vinte



centavos), para R\$ 81.100,80 (oitenta e um mil cem reais e oitenta centavos) até término do contrato.

Altera a vigência do contrato, constante da Clausula Quarta, de 17 de Junho de 2025, para 17 de Junho de 2026.

**A Cláusula Oitava-** Fica alterada a Cláusula oitava da execução dos serviços, que passa de 24 (vinte e quatro) meses, para 36 (trinta e seis) meses.

São José das Palmeiras/PR, 29 de Abril de 2025

**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**

Prefeito Municipal

**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

**Publicado por:**

Alexandra Nunes Marafija

**Código Identificador:**268332D3

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE  
REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO Nº 049/2024**

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS ADMINISTRATIVO Nº 049/2024

**Processo Administrativo nº: 021/2024**

**Ata de Registro de Preços nº: 049/2024**

**Objeto do Contrato:** Aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, celulares, computadores, periféricos e equipamentos de informática), destinados a secretarias municipais de assistência social, administração, educação, cultura e esportes e obras, urbanismo e transportes do Município de São José das Palmeiras – PR.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 77.819.605/0001-33, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979, São José das Palmeiras/PR, doravante denominado CONTRATANTE.

**CONTRATADA:** KDP COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 10.626.569/0001-10, com sede na Rua Angélica Negrelo de Conto, 54, Curitiba/PR, doravante denominada CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

A presente rescisão unilateral fundamenta-se no disposto no art. 137, inciso I e seguintes da **Lei nº 14.133/2021**, em razão de descumprimento contratual apurado em processo administrativo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MOTIVOS DA RESCISÃO**

Conforme apurado no processo administrativo, a CONTRATADA incorreu nas seguintes infrações contratuais:

- Não entrega dos produtos solicitados pela administração.

Tais fatos comprometeram a execução contratual e a continuidade do interesse público atendido pelo contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONSEQUÊNCIAS**

Em razão da rescisão, ficam estabelecidos os seguintes efeitos:

I – Aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsão contratual e legislação vigente, incluindo:

- Suspensão temporária de participar de licitações e contratar com a Administração, pelo período de 2 (dois) anos;
- Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II – Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

III – Abertura de novo procedimento licitatório ou convocação de remanescente, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA RESCISÃO**

A rescisão contratual produzirá efeitos a partir da data de assinatura deste termo, sendo a CONTRATADA notificada formalmente da presente decisão.

E por estarem assim justas e acordadas (quanto à ciência da decisão unilateral), firmam o presente Termo de Rescisão Unilateral em [número de vias] vias de igual teor.

São José das Palmeiras, 30 de Abril de 2025.

**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Alexandra Nunes Marafija

**Código Identificador:**1A1AFA8F

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE  
REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO Nº 028/2024**

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS ADMINISTRATIVO Nº 028/2024

**Processo Administrativo nº: 021/2024**

**Ata de registro de Preços nº: 028/2024**

**Objeto do Contrato:** Aquisição futura e parcelada de equipamentos e materiais permanentes (móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, celulares, computadores, periféricos e equipamentos de informática), destinados a secretarias municipais de assistência social, administração, educação, cultura e esportes e obras, urbanismo e transportes do Município de São José das Palmeiras – PR.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 77.819.605/0001-33, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979, São José das Palmeiras/PR, doravante denominado CONTRATANTE.

**CONTRATADA:** MA COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ 37.673.034/0001-57, situada na avenida oitocentos, galpão 001, quadra 18, lote m02, box 05, em Serra/ES, doravante denominada CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

A presente rescisão unilateral fundamenta-se no disposto no art. 137, inciso I e seguintes da **Lei nº 14.133/2021**, em razão de descumprimento contratual apurado em processo administrativo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MOTIVOS DA RESCISÃO**

Conforme apurado no processo administrativo, a CONTRATADA incorreu nas seguintes infrações contratuais:

- Não entrega dos produtos solicitados pela administração.

Tais fatos comprometeram a execução contratual e a continuidade do interesse público atendido pelo contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONSEQUÊNCIAS**

Em razão da rescisão, ficam estabelecidos os seguintes efeitos:

I – Aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsão contratual e legislação vigente, incluindo:

- Suspensão temporária de participar de licitações e contratar com a Administração, pelo período de 2 (dois) anos;
- Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II – Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

III – Abertura de novo procedimento licitatório ou convocação de remanescente, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA RESCISÃO**

A rescisão contratual produzirá efeitos a partir da data de assinatura deste termo, sendo a CONTRATADA notificada formalmente da presente decisão.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: IC TREINAMENTOS LTDA**  
**CNPJ: 28.736.195/0001-51**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:38:27 do dia 05/11/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/05/2025.

Código de controle da certidão: **1ECD.486A.6605.B8B0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: IC TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.736.195/0001-51

Certidão nº: 18450707/2025

Expedição: 01/04/2025, às 10:32:01

Validade: 28/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IC TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.736.195/0001-51**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO**

Rua 03, 945 - Centro - CEP 13500-907  
CNPJ 45.774.064/0001-88 Tel (19)3523-1749 / 3532-6663

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS**

A Prefeitura Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 205 do Código Tributário Nacional, CERTIFICA que, segundo nossos arquivos o contribuinte :

**CPF/CNPJ: 28736195000151**

**Inscrição Municipal: 69899**

**Razão Social: IC TREINAMENTOS LTDA**

**Endereço: 4,R , 1850**

**Compl.: COM. DE VESTUÁRIO E ACESS.**

**Bairro: ZONA CENTRAL**

**Cidade: RIO CLARO UF: SP CEP: 13500-171**

NADA DEVE à Fazenda Pública Municipal a título de IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E TAXA DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA, nem possui débitos em Dívida Ativa, até o dia de hoje.

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar quaisquer débitos tributários incidentes sobre o Contribuinte acima identificado, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor, cujos recolhimentos não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria Municipal de Finanças.

RIO CLARO , 30 de Janeiro de 2025 .

#### **ATENÇÃO**

Esta certidão SÓ TERÁ VALIDADE se apresentada em conjunto com a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVA AO ISSQN, emitida através do Giss Online. Ficam dispensados de apresentação da CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVA AO ISSQN, os contribuintes cadastrados como Pessoa Física.

Qualquer rasura ou emenda invalidará esta Certidão.

Esta Certidão é válida por 180 dias a partir da data de emissão.

Código de verificação de autenticidade:69899-117283-CND

Acessar <https://www.rioclaro.sp.gov.br/certidoes>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 28.736.195/0001-51  
**Razão Social:** IC TREINAMENTOS LTDA ME  
**Endereço:** AV 16 00353 / CENTRO / RIO CLARO / SP / 13500-480

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/04/2025 a 16/05/2025

**Certificação Número:** 2025041709234958444293

Informação obtida em 28/04/2025 13:54:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO**

Rua 3, 945 - Centro - Rio Claro - Cep 13500-270  
CNPJ 45.774.064/0001-88

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO RELATIVA AO ISSQN Nº 4952**

OBS: Não possui efeito dos demais tributos mobiliários. (relativa ao ISSQN)

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

NOME / RAZÃO SOCIAL

**IC TREINAMENTOS LTDA**

**CNPJ: 28.736.195/0001-51**

ENDEREÇO / LOCAL DE ATIVIDADE

**R 4, 1850 - bairro: ZONA CENTRAL cep: 13500171 RIO CLARO-SP**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**69899**

DATA DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**27/09/2017**

EMITIDA EM

**17/12/2024**

Prazo de validade: 180 dias a partir da data constante do campo "emitida em" acima.

\* Somente para fins do ISSQN.

**TRIBUTOS E PERÍODOS**

A Prefeitura Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 205 do Código Tributário Nacional, CERTIFICA que NADA DEVE à Fazenda Pública Municipal no que se refere a DÉBITOS DE ISSQN, incidentes sobre o Contribuinte acima identificado até o dia de hoje.

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar quaisquer débitos tributários incidentes sobre o Contribuinte acima identificado, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor, cujos recolhimentos não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria Municipal de Finanças.

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. **Devido o contribuinte ser ou ter sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão negativa fornecida pela Receita Federal do Brasil.**

**ATENÇÃO**

Qualquer rasura ou emenda invalidará esta Certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente ao ISSQN, não abrangendo demais tributos administrados pela Secretaria de Finanças e as inscrições em Dívida Ativa, administradas pelo departamento competente. Esta certidão **SÓ TERÁ VALIDADE** se apresentada em conjunto com a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS ou CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS, emitida através do site da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet no endereço <http://www.informe.issqn.com.br>

Certidão emitida gratuitamente

Servidor: TASSIA BORDIN GARCIA

**AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO Nº 3885**

Para verificar a autenticidade da Certidão Negativa de Débito relativa ao ISSQN - (CND) acesse o site <http://www.informe.issqn.com.br> e entre com o código abaixo:

**3885**